

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

## Processo seletivo para o cargo de Estagiário de direito

Nome do Candidato

Nº do CPF

Assinatura do candidato

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não há nada mais relevante para a vida social que a formação do sentimento da justiça.

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
- Contém 80 questões, numeradas de 1 a 80;  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de resposta;
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.
- As respostas deverão ser marcadas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1) A intervenção do Estado na propriedade privada através da desapropriação depende de legislação de competência:

- a) Concorrente da União.
- b) Privativa da União.
- c) Privativa dos Estados.
- d) Comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Concorrente dos Estados.

---

2) Considerando a legislação pátria e a jurisprudência majoritária das cortes superiores, sobre os bens públicos é correto afirmar que:

- a) Podem ser adquiridos por usucapião.
- b) Podem ser objeto de interditos possessórios em litígio em face do Estado.
- c) Têm como espécies, segundo o código civil: bens de uso comum do povo, bens de uso espacial e bens dominicais.
- d) Podem ser objeto de interditos possessórios em litígio entre particulares.
- e) São sempre inalienáveis.

---

3) Carlos, durante expediente em mutirão comunitário da DPE/AP com a carreta itinerante, no exercício de suas funções enquanto estagiário de direito da Defensoria Pública do Amapá, verificou

que o assistido Júlio, antigo desafeto, estaria no balcão de atendimento solicitando informações sobre demanda da qual seria autor, patrocinada pela DPE/AP. Sem qualquer motivo, Carlos avançou por cima do balcão e desferiu um soco no rosto de Júlio, causando-lhe lesões graves, inclusive com a perda de elementos dentários.

Considerando o exposto, buscando reparar o dano sofrido, Júlio deve ajuizar ação indenizatória em face:

- a) De Carlos, com base na sua responsabilidade civil objetiva assegurado o direito de regresso contra a Defensoria Pública do Amapá.
- b) Do Estado do Amapá, com base na sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso contra Carlos.
- c) Do Defensor Público responsável pela supervisão do estagiário, assegurado o direito de regresso contra a Defensoria Pública do Amapá.
- d) Do Defensor Público Geral da Defensoria Pública do Amapá, uma vez que é representante máximo da instituição e responsável direto por tudo que a envolva judicialmente.
- e) Da Defensoria Pública do Amapá, que tem responsabilidade civil subjetiva, uma vez que não pode ser considerada ente estatal.

---

4) Conforme determina a Constituição Federal:

- a) Somente propriedades rurais de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de

plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

b) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, garantida a indenização ao proprietário em títulos públicos e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

c) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

d) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, garantida a indenização em dinheiro ao proprietário e sem prejuízo de outras

sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

e) O direito à propriedade privada é absoluto e impassível de flexibilização em qualquer hipótese, uma vez que se considera direito natural de ordem liberal, contrapondo-se à teoria socialista da função social da propriedade.

---

5) Segundo dispõem a Constituição Federal e a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), são sanções aplicáveis aos atos de improbidade:

a) A suspensão de direitos civis, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário.

b) O ressarcimento ao erário, a cassação de direitos políticos, a indisponibilidade de bens.

c) A indisponibilidade de todos os bens, a perda dos direitos políticos, o ressarcimento ao gestor lesado.

d) A cassação da função pública, a extradição, o sequestro de bens.

e) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

---

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

6) De acordo com a Constituição Federal, são gratuitas as ações de:

a) Mandado de segurança e mandado de injunção.

b) Habeas corpus e mandado de injunção.

- c) Habeas data e mandado de segurança.
- d) Habeas corpus e habeas data.
- e) Mandado de segurança e habeas corpus.

---

7) Em conformidade com o texto constitucional e sobre o assunto prisão, é CORRETO afirmar que:

- a) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial ou judiciária competente.
- c) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- d) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade superior ou judiciária.
- e) Não haverá em nenhuma hipótese prisão civil por dívida.

---

8) Acerca do assunto direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É livre a manifestação do pensamento e permitido o anonimato, em casos excepcionais.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo

vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mesmo se não atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

d) No caso de eminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado ao proprietário indenização ulterior, mesmo se não houver dano.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.

---

9) Quando determinado estado da Federação elabora sua própria Constituição ou altera seus dispositivos, ele exerce o:

- a) Poder constituinte originário.
- b) Poder constituinte derivado decorrente.
- c) Poder constituinte derivado reformador.
- d) Processo de mutação constitucional.
- e) Poder constituinte de revisão.

---

10) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O direito de propriedade impede de forma absoluta a privação dos bens do indivíduo.

b) Ninguém poderá ser considerado como culpado até que se prove o contrário.

c) Os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição são um rol taxativo.

d) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata.

e) O habeas corpus e o mandado de segurança são ações constitucionais gratuitas.

---

11) De acordo com a disciplina da organização do Estado na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

a) É expressamente vedado aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.

c) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, independentemente dos princípios da Constituição Federal.

d) Compete exclusivamente à União legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

---

12) A Constituição Federal brasileira de 1988 elege a teoria da tripartição de poderes ou funções, segundo a qual existem três poderes independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Com relação às normas constitucionais para organização dos Poderes, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

b) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

d) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

e) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

13) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, EXCETO:

- a) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) O Presidente do Senado Federal.
- c) O Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal.
- d) O Presidente da República.
- e) O Procurador-Geral da República.

---

14) O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 consagra os fundamentos da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses fundamentos.

- a) A dignidade da pessoa humana.
- b) O pluralismo político.
- c) O desenvolvimento nacional.
- d) A soberania.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

---

15) Segundo dispõe o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta em relação aos direitos e garantias fundamentais.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro ou por determinação policial;

- b) Em nenhuma hipótese haverá penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis;
- c) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;
- d) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as de privação ou restrição da liberdade, de perda de bens, de multa, de cesta básica, de suspensão ou interdição de direitos;
- e) A lei penal não retroagirá sem prévia cominação legal.

### DIREITO CIVIL

---

16) Assinale a assertiva correta.

Considera-se pessoa jurídica de direito público interno:

- a) as autarquias, inclusive as associações públicas
- b) as fundações instituídas por particulares
- c) as sociedades exclusivamente privadas
- d) as organizações religiosas.
- e) os partidos políticos.

---

17) Assinale a assertiva correta.

Sobre o conteúdo de pessoas jurídicas:

- a) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado;
- b) a fundação poderá ser constituída para fins econômicos;



- c) as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos;
  - d) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com o respectivo ato constitutivo, independentemente de registro;
  - e) nas associações, a exclusão do associado independe de motivação e do devido procedimento legal.
- 

18) Assinale a assertiva correta.

Sobre o conteúdo de união estável:

- a) por determinação de lei, submete-se, quanto ao aspecto patrimonial, ao regime da comunhão universal de bens;
  - b) deve ser estabelecida com o objetivo de constituição de família;
  - c) não é reconhecida pela legislação brasileira;
  - d) não está sujeita aos impedimentos matrimoniais;
  - e) é o mesmo que concubinato.
- 

19) Assinale a assertiva correta.

É caso de fortuito interno:

- a) hipótese de exclusão da responsabilidade subjetiva
- b) conduta ilícita do consumidor passível de responsabilização
- c) fato ligado aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor
- d) expressão da vontade internalizada na mente de um contratante

- e) nenhuma das hipóteses acima
- 

20) Assinale a assertiva correta.

Acerca da incapacidade relativa de uma das partes

- a) pode ser invocada pela outra parte a quem aproveite
  - b) não pode ser invocada pela própria parte em seu benefício
  - c) não pode ser invocada pela outra parte em benefício próprio
  - d) pode ser invocada por quaisquer das partes a quem aproveite
  - e) Não se aplica em nenhuma das hipóteses mencionadas acima
- 

21) Assinale a assertiva correta.

O ato jurídico será considerado anulável:

- a) quando for praticado por pessoa absolutamente incapaz
  - b) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito
  - c) quando praticado mediante simulação
  - d) por erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores
  - e) quando não revestir a forma prescrita em lei
- 

22) Assinale a assertiva correta.

Com relação ao direito à prestação de alimentos entre pais e filhos:

- a) é recíproco, mas não é extensivo aos demais

- ascendentes;
- b) é recíproco e extensivo aos demais ascendentes;
  - c) inexistente no direito brasileiro;
  - d) não é recíproco, mas é extensivo aos demais ascendentes;
  - e) é imprescritível.
- 

23) Assinale a assertiva correta.

É causa de nulidade do negócio jurídico:

- a) celebrado por pessoa absolutamente capaz;
  - b) for lícito, possível ou determinável o seu objeto;
  - c) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
  - d) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito
  - e) Se revestir a forma prescrita em lei
- 

24) Assinale a assertiva correta.

Considera-se possuidor de boa-fé

- a) o que se mantiver na posse a qualquer título.
  - b) apenas aquele que ostenta título de domínio.
  - c) aquele que ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
  - d) todo aquele que a obteve sem violência ou que não a exerce de modo clandestino.
  - e) todo aquele que a obteve com violência, não precária e clandestino.
- 

25) Assinale a assertiva correta.

O instituto da tutela se aplica a

- a) maiores incapazes.
  - b) pródigos.
  - c) ébrios habituais e viciados em tóxicos.
  - d) quem não pode exprimir sua vontade.
  - e) menores cujos pais foram destituídos do poder familiar.
- 

26) Assinale a assertiva correta.

No regime da comunhão parcial de bens, podem os cônjuges, independentemente de autorização do outro,

- a) prestar fiança ou aval.
  - b) alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis recebidos em doação.
  - c) comprar, desde que à vista, as coisas necessárias à economia doméstica.
  - d) obter, por empréstimo, as quantias necessárias à economia doméstica.
  - e) pleitear, como autor ou réu, acerca de ônus reais incidentes sobre bens imóveis.
- 

27) Assinale a assertiva correta que preenche corretamente a lacuna.

A \_\_\_\_\_ é de ordem patrimonial e decorre do artigo 186 do Código Civil, que consagra a regra, aceita universalmente, segundo a qual todo aquele que causa dano a outrem é obrigado a repará-lo.

- a) Responsabilidade civil
- b) Responsabilidade penal
- c) Responsabilidade tributária



- d) Responsabilidade administrativa
  - e) Responsabilidade do servidor público
- 

28) Assinale a assertiva correta.

No que tange à responsabilidade civil, podemos afirmar que:

- a) Não se mostra possível a responsabilização do incapaz, de forma direta ou subsidiária, pelos danos por ele provocados.
  - b) Não é admitida atualmente a cumulação de pedido de indenização por dano moral e estético.
  - c) Os atos praticados em estado de necessidade não são considerados ilícitos civis, porém não afastam o dever de indenizar, assegurado ao autor do dano ação de regresso contra o terceiro que agiu culposa ou dolosamente na situação de perigo.
  - d) Em se tratando de responsabilidade objetiva, exige-se apenas o ato comissivo ou omissivo do autor do fato e o dano à vítima, dispensando-se a comprovação do nexo de causalidade, já que se aplica a teoria do risco.
  - e) A responsabilidade civil é independente da criminal, permitindo-se que se possa questionar a existência do fato ou sua autoria, ainda que decididas pelo juízo criminal.
- 

29) Assinale a assertiva correta.

Acerca do instituto da prescrição:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados

unilateralmente por uma das partes.

- b) A renúncia da prescrição somente ocorre de forma expressa.
  - c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.
  - d) A interrupção da prescrição poderá ocorrer diversas vezes durante o processo.
  - e) O prazo para a prescrição da pretensão de cobrança de dívidas líquidas é de quinze anos.
- 

30) Assinale a assertiva correta.

Acerca do instituto da decadência:

- a) Aplicam-se à decadência as normas que interrompem a prescrição.
  - b) A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita, em qualquer grau de jurisdição.
  - c) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
  - d) O juiz não deve reconhecer de ofício a decadência estabelecida em lei.
  - e) O juiz pode suprir a alegação da decadência convencional quando não alegada pela parte.
- 

### PROCESSO CIVIL

31) Assinale a assertiva correta.

Assinale a opção que apresenta o princípio segundo o qual é vedado ao juiz de direito conferir a outrem as suas funções.

- a) Princípio da territorialidade
- b) Princípio da investitura
- c) Princípio da indelegabilidade

- d) Princípio da funcionalidade
  - e) Princípio da inevitabilidade
- 

32) Assinale a assertiva correta.

Sobre as regras de competência:

- a) Prorroga-se a competência relativa se o réu não alegar a incompetência até a sentença.
  - b) Dá-se a continência quando houver identidade de causa de pedir, mas o pedido de uma por ser mais amplo, abrange os demais, ainda que entre partes diversas.
  - c) É competente o foro de domicílio ou residência do alimentante, para a ação em que se pede alimentos.
  - d) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
  - e) A abusividade da cláusula de eleição de foro no âmbito do processo civil comum pode ser alegada a qualquer tempo, até o trânsito em julgado da sentença.
- 

33) Assinale a assertiva correta.

A competência territorial para a ação declaratória de paternidade é:

- a) de natureza absoluta, em razão da indisponibilidade do direito.
- b) do foro do domicílio do autor.
- c) do foro do domicílio do réu, salvo se a demanda for cumulada com pedido de alimentos.
- d) do foro do domicílio do réu, ainda que a

demanda seja cumulada com pedido de alimentos.

- e) do foro do domicílio do guardião do autor, caso ele seja incapaz.
- 

34) Assinale a assertiva correta.

Acerca da conexão:

- a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum somente o pedido e a causa de pedir
  - b) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
  - c) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
  - d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver transitado em julgado.
  - e) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente mesmo sem conexão entre eles.
- 

35) Assinale a assertiva correta.

Sobre a incompetência absoluta ou relativa:

- a) Deverão ser alegadas em peça processual específica, denominada incidente.
- b) A absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

- c) Se absoluta não pode ser declarada de ofício.
- d) Prorrogar-se-á a relativa se o réu alegar em preliminar de contestação.
- e) A relativa não poderá ser alegada pelo Ministério público nas causas em que atuar.

---

36) Assinale a assertiva correta.

Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando:

- a) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.
- b) nele constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- c) envolverem interesse de espólio.
- d) versarem sobre arbitragem, ainda que não haja sido estipulada cláusula de confidencialidade.
- e) tratem de cobrança de créditos públicos.

---

37) Assinale a assertiva correta.

Os atos das partes:

- a) produzem, em regra, efeitos processuais imediatos, ressalvada a desistência da ação, que depende de homologação judicial
- b) geram efeitos apenas se homologados pelo Juiz.
- c) não estão sujeitos à preclusão temporal.
- d) podem ser praticados, diretamente, por qualquer pessoa, goze ou não de capacidade civil.
- e) não demandam assistência ou representação, ainda que a parte seja incapaz.

---

38) Assinale a assertiva correta.

Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- a) O processo civil se inicia por iniciativa do Poder Judiciário.
- b) A extinção do processo se dará por sentença.
- c) Suspende-se o processo por 120 dias em razão de parto ou concessão de adoção, caso se trate de advogada que, responsável pelo processo, ainda que exista outro patrono constituído no processo.
- d) Suspende-se o processo por convenção das partes pelo prazo de até 1 ano.
- e) Durante a suspensão do processo, é vedado praticar qualquer ato processual.

---

39) Assinale a assertiva correta.

Verificada a incapacidade processual do réu, o juiz suspendeu o processo e designou um prazo para que ele sanasse o vício, o que restou descumprido. Nesse sentido, o processo:

- a) será extinto pelo abandono da causa, uma vez que a parte não promoveu os atos que lhe incumbia;
- b) será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- c) seguirá seu curso normalmente, e será nomeado um curador especial ao réu;
- d) Será suspenso até que as partes regularizem

suas capacidades processuais, no prazo máximo de 1 (um) ano;

- e) Seguirá seu curso normalmente, e o réu será considerado revel.

---

40) Assinale a assertiva correta.

Considerando a disciplina processual das ações de família, no âmbito do Código de Processo Civil:

- a) Na audiência, as partes poderão, caso assim o desejem, estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.
- b) A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo, enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em, no máximo, duas sessões para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.
- d) Nas ações de família, o Ministério Público intervirá em todos os procedimentos.
- e) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou à alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar sozinho e isolado das partes.

---

### **DIREITO PENAL**

41) Bendito foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um

hipermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Bendito, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a:

- a) Ilicitude.
- b) Tipicidade formal.
- c) Culpabilidade.
- d) Tipicidade material.
- e) Punibilidade.

---

42) Sobre o sistema trifásico de aplicação da pena estabelecido no artigo 68 do Código Penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O sistema trifásico adota uma sucessão de circunstâncias judiciais e legais, a partir dos quais, a cada fase, implementa-se um acréscimo ou decréscimo, sobre o montante apurado na fase anterior.
- b) Na primeira fase, é fixada a pena-base, por meio da valoração das circunstâncias judiciais previstas no caput do artigo 59 do Código Penal.
- c) Na segunda fase, é fixada a pena intermediária, com a valoração das circunstâncias agravantes e atenuantes de pena.
- d) Na terceira fase, é fixada a pena definitiva, após a incidência das causas de aumento e de diminuição da pena.

e) A valoração das circunstâncias judiciais, das agravantes e das atenuantes, para fins de fixação da pena, é baseada em patamares estabelecidos, de forma expressa, na legislação penal.

---

43) Em relação aos crimes dolosos contra a vida, analise as seguintes afirmações:

I. Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode aumentar a pena de um sexto a um terço.

II. As qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio são incompatíveis entre si, de modo que é vedado sua imputação simultânea, sob pena de *bis in idem*.

III. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

IV. Considera-se crime contra a vida o homicídio, o infanticídio, as formas de aborto, a instigação/auxílio/induzimento ao suicídio e o latrocínio.

Considerando a legislação aplicável e o entendimento dos Tribunais Superiores, está INCORRETO o que afirma em:

- a) II e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

---

44) A Constituição da República proíbe as penas de morte (salvo em caso de guerra declarada) e as consideradas cruéis (art. 5º, inc. XLVII, alíneas ‘a’ e ‘e’, respectivamente), além de assegurar às pessoas presas o respeito à integridade física e moral (art. 5º, inc. XLIX). Tais preceitos constitucionais expressam o princípio penal da:

- a) Insignificância.
- b) Humanidade.
- c) Intervenção mínima.
- d) Adequação social.
- e) Lesividade.

---

45) A respeito da prescrição em matéria penal, assinale a única opção CORRETA.

- a) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- b) O cálculo da prescrição em abstrato leva em consideração a sanção máxima cominada ao delito, não se incluindo no cálculo as causas de aumento ou diminuição da pena.
- c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

d) No concurso de crimes, o prazo prescricional incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente, prescrevendo primeiro as penas mais leves para depois prescreverem as penas mais graves.

e) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 02 (dois) anos, mesmo quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada e/ou aplicada com a pena privativa de liberdade.

---

46) No delito de tráfico de entorpecente a pena poderá ser reduzida de um sexto a dois terços desde que o agente seja primário e:

a) Tenha bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

b) Não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

c) Tenha bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, não integre organização criminosa e colabore voluntariamente com a investigação policial ou processo criminal.

d) Não se dedique às atividades criminosas, não integre organização criminosa e colabore voluntariamente com a investigação policial ou processo criminal.

e) Tenha bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas, não integre organização criminosa e desde que não tenha tido anteriormente conversão em penas restritivas de direitos.

---

47) Sobre os crimes contra o patrimônio, considerando a jurisprudência sumulada do STJ, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida pelo agente.

b) É admitida a aplicação analógica ao furto qualificado, por concurso de agentes, a majorante do roubo.

c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem com emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve período de tempo e recuperação da coisa roubada.

d) A existência de sistema de vigilância (monitoramento eletrônico) ou a presença de segurança no estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

e) É possível o reconhecimento do furto privilegiado nos casos de furto qualificado, se presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

---

48) A competência para aplicação de lei mais benéfica ao réu, quando transitada em julgado a sentença condenatória, será:

a) Dos tribunais superiores, em caso de competência originária.



- b) Do tribunal de justiça, em sede de revisão criminal.
- c) Do juiz de primeiro grau que proferiu a sentença.
- d) Do juízo das execuções penais.
- e) Do tribunal do júri, nos crimes dolosos contra a vida.

---

49) À luz do disposto na Lei n.º 11.340/2006, assinale a opção CORRETA.

- a) Nas ações penais privadas e nas ações públicas condicionadas, a desistência ocorre em audiência designada para tal finalidade, após manifestação do Ministério Público.
- b) A mulher vítima de violência doméstica pode propor a ação de divórcio no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive para solucionar a partilha de bens.
- c) A acareação entre indivíduo agressor e vítima será realizada na presença da autoridade policial que zelará pela integridade física da vítima.
- d) A mulher vítima de violência doméstica tem direito a um atendimento policial e pericial capacitado, feito em etapas e prestado por servidores preferencialmente do sexo feminino.
- e) Havendo risco de violência doméstica, o indivíduo agressor será afastado do lar pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível.

50) O artigo 107 do Código Penal prevê as causas extinção da punibilidade. Analisando as assertivas abaixo, assinale a que NÃO está prevista no referido artigo:

- a) O pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- b) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- c) A reabilitação do agente.
- d) A retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.
- e) A morte do agente.

---

51) A Lei n.º 8.072/1990 considera crime hediondo:

- a) O roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.
- b) A fraude eletrônica praticada contra pessoa idosa.
- c) O homicídio simples.
- d) A redução a condição análoga à de escravo.
- e) O abandono de incapaz.

---

52) Sobre o princípio da legalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Requer que além de prévia, a lei seja taxativa.
- b) Limita-se à prévia definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.

c) Aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.

d) Permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.

e) Constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.

---

53) O agente que for acusado da prática de crime de extorsão mediante sequestro em sua forma qualificada estará impedido de obter, durante o processo ou após a condenação transitada em julgado:

a) Cumprimento de pena sob regime progressivo.

b) Fiança e liberdade provisória.

c) Apenas liberdade provisória.

d) Anistia, graça e indulto.

e) Reconhecimento da prescrição.

---

54) O indivíduo A se utiliza de uma arma de fogo para, mediante violência e grave ameaça, subtrair para si o aparelho celular do indivíduo B que andava pela rua, vindo o indivíduo B a óbito em razão da violência empregada. Nesse caso, o agente A irá responder pelo crime de:

a) Homicídio.

b) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

c) Omissão de socorro.

d) Latrocínio.

e) Homicídio culposo.

---

55) Segundo a Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210 de 1984, durante a execução da pena, o trabalho:

a) Exercido como prestação de serviço à comunidade deve ser remunerado, pois é vedada a pena de trabalhos forçados pela Constituição da República.

b) Poderá ser oferecido pelo governo municipal por meio de convênio com a iniciativa privada para implantação de oficinas de trabalho em setores de apoio dos presídios.

c) É diário e sem folgas, pois não se aplica ao preso a Consolidação das Leis do Trabalho.

d) Em artesanato deve ser incentivado em todo o país, dadas as vulnerabilidades da população prisional, propícias a esse tipo de atividade laboral.

e) Terá jornada diária de até seis horas para ser compatível com as demais atividades reeducativas oferecidas na unidade prisional.

---

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

56) Assinale a assertiva correta.

Assinale a opção que apresenta o princípio segundo o qual é vedado ao juiz de direito conferir a outrem as suas funções.

a) Princípio da territorialidade

b) Princípio da investitura

- c) Princípio da indelegabilidade
  - d) Princípio da funcionalidade
  - e) Princípio da inevitabilidade
- 

57) Assinale a assertiva correta.

Sobre as regras de competência:

- a) Prorroga-se a competência relativa se o réu não alegar a incompetência até a sentença.
  - b) Dá-se a continência quando houver identidade de causa de pedir, mas o pedido de uma por ser mais amplo, abrange os demais, ainda que entre partes diversas.
  - c) É competente o foro de domicílio ou residência do alimentante, para a ação em que se pede alimentos.
  - d) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
  - e) A abusividade da cláusula de eleição de foro no âmbito do processo civil comum pode ser alegada a qualquer tempo, até o trânsito em julgado da sentença.
- 

58) Assinale a assertiva correta.

A competência territorial para a ação declaratória de paternidade é

- a) de natureza absoluta, em razão da indisponibilidade do direito.
- b) do foro do domicílio do autor.
- c) do foro do domicílio do réu, salvo se a demanda for cumulada com pedido de

alimentos.

- d) do foro do domicílio do réu, ainda que a demanda seja cumulada com pedido de alimentos.
  - e) do foro do domicílio do guardião do autor, caso ele seja incapaz.
- 

59) Assinale a assertiva correta.

Acerca da conexão:

- a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum somente o pedido e a causa de pedir
  - b) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
  - c) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
  - d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver transitado em julgado.
  - e) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente mesmo sem conexão entre eles.
- 

60) Assinale a assertiva correta.

Sobre a incompetência absoluta ou relativa:

- a) Deverão ser alegadas em peça processual específica, denominada incidente.

- b) A absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
  - c) Se absoluta não pode ser declarada de ofício.
  - d) Prorrogar-se-á a relativa se o réu alegar em preliminar de contestação.
  - e) A relativa não poderá ser alegada pelo Ministério público nas causas em que atuar.
- 

61) Assinale a assertiva correta.

Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando

- a) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.
  - b) nele constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
  - c) envolverem interesse de espólio.
  - d) versarem sobre arbitragem, ainda que não haja sido estipulada cláusula de confidencialidade.
  - e) tratarem de cobrança de créditos públicos.
- 

62) Assinale a assertiva correta.

Os atos das partes:

- a) produzem, em regra, efeitos processuais imediatos, ressalvada a desistência da ação, que depende de homologação judicial
- b) geram efeitos apenas se homologados pelo Juiz.
- c) não estão sujeitos à preclusão temporal.
- d) podem ser praticados, diretamente, por qualquer pessoa, goze ou não de capacidade civil.
- e) não demandam assistência ou representação,

ainda que a parte seja incapaz.

---

63) Assinale a assertiva correta.

Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- a) O processo civil se inicia por iniciativa do Poder Judiciário.
  - b) A extinção do processo se dará por sentença.
  - c) Suspende-se o processo por 120 dias em razão de parto ou concessão de adoção, caso se trate de advogada que, responsável pelo processo, ainda que exista outro patrono constituído no processo.
  - d) Suspende-se o processo por convenção das partes pelo prazo de até 1 ano.
  - e) Durante a suspensão do processo, é vedado praticar qualquer ato processual.
- 

64) Assinale a assertiva correta.

Verificada a incapacidade processual do réu, o juiz suspendeu o processo e designou um prazo para que ele sanasse o vício, o que restou descumprido. Nesse sentido, o processo:

- a) será extinto pelo abandono da causa, uma vez que a parte não promoveu os atos que lhe incumbia;
- b) será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- c) seguirá seu curso normalmente, e será nomeado um curador especial ao réu;

- d) Será suspenso até que as partes regularizem suas capacidades processuais, no prazo máximo de 1 (um) ano;
- e) Seguirá seu curso normalmente, e o réu será considerado revel.

---

65) Assinale a assertiva correta.

Considerando a disciplina processual das ações de família, no âmbito do Código de Processo Civil:

- a) Na audiência, as partes poderão, caso assim o desejem, estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.
- b) A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo, enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em, no máximo, duas sessões para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.
- d) Nas ações de família, o Ministério Público intervirá em todos os procedimentos.
- e) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou à alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar sozinho e isolado das partes.

---

## **DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

66) De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que:

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quinze anos de idade completos, e adolescente aquela entre quinze e dezoito anos de idade.
- e) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa de doze a quatorze anos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

---

67) No que se refere ao direito à saúde conferido às crianças e adolescentes, conforme dispõe a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

- a) A vacinação de crianças é facultativa e de responsabilidade dos pais ou tutores, que têm a

prerrogativa de decidir sobre vacinar ou não os filhos.

b) A vacinação de crianças é obrigatória, mesmo em casos não recomendados pelas autoridades sanitárias.

c) É obrigatória a vacinação de crianças, apenas quando estão em acolhimento institucional.

d) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

e) É vedada a vacinação de crianças, uma vez que a maioria das doenças não afetam esse público gravemente e a vacina pode lhes prejudicar o desenvolvimento.

---

68) *“Minha mão pequena bate no vidro do carro  
No braço se destacam as queimaduras de cigarro  
A chuva forte ensopa a camisa, o short*

*Qualquer dia a pneumonia me faz tossir até a morte*

*Uma moeda, um passe me livram do inferno*

*Me faz chegar em casa e não apanhar de fio de ferro” (trecho da música “eu não pedi pra nascer” do grupo musical Facção Central)*

O trecho da música acima evidencia a realidade de muitas crianças brasileiras, submetidas à sucessivas situações de violações de direitos que lhe subtraem a adequada fruição da infância. Considerando o exposto, bem como as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam sobre o tema da infância e juventude, é possível afirmar:

a) que as famílias das crianças em situação de rua são as únicas responsáveis por tal violação de direitos, uma vez que não devem esperar que o Estado e o resto da sociedade tenham a obrigação de lhes auxiliar de qualquer maneira.

b) que a violação generalizada de direitos fundamentais de crianças e adolescentes evidencia-se na medida em que todos os agentes protetores da infância conformam-se com a omissão, em um processo de apagamento da empatia necessária para responder ao mandamento constitucional que determina ser dever da família, da sociedade e do Estado, colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

c) que só o Conselho Tutelar pode interferir em situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, não existindo norma legal que atribua funções semelhantes à Defensoria Pública, que só pode atuar em casos concretos, na representação das partes em processos judiciais.

d) que crianças em situação de rua devem ser imediatamente retiradas de seu seio familiar natural, procedimento que deve culminar na destituição do poder familiar dos pais, uma vez que evidentemente estes não têm condições financeiras para terem filhos.

e) que apenas o Ministério Público pode fazer algo a respeito para reverter situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, uma vez que é a instituição com dever de agir como fiscal da lei.



69) Sobre o instituto da guarda, são verdadeiras as assertivas abaixo, exceto:

a) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

b) a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

c) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.

d) a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

e) excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável.

---

70) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se:

a) a criança ou adolescente for grande e consciente o suficiente para exprimir sua vontade e afirmar que deseja viajar com quem está lhe acompanhado.

b) a equipe de funcionários da empresa de transporte obtiver sucesso em contatar os pais ou

tutores da criança ou adolescente e confirmar que eles autorizam a viagem.

c) a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, ainda que sem autorização do outro.

d) a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento simples, sendo desnecessária maior formalidade.

e) a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

---

### **PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ**

71) De acordo com a Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 121/2019, a Defensoria Pública Estadual:

a) atua na defesa dos direitos individuais, apenas.

b) atua na defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, de todas as pessoas.

c) atua na defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

d) atua na defesa de direitos individuais e coletivos de pessoas que recebam apenas um salário mínimo, exclusivamente.

e) atua na defesa apenas de direitos individuais de forma integral e gratuita, aos necessitados.

---

72) Conforme dispõe a Lei Complementar Estadual 121/2019, A Defensoria Pública do Estado do Amapá:

a) estenderá os seus serviços por todas as Comarcas do Estado, de acordo com a determinação do poder judiciário local, que detém a prerrogativa de tomar as decisões estratégicas da Defensoria no que se refere à alocação de recursos.

b) estenderá os seus serviços por algumas Comarcas do Estado, uma vez que localizando-se nos municípios mais populosos, pode atender a maioria da população.

c) estenderá os seus serviços por todas as Comarcas do Estado, de acordo com a determinação do Poder Executivo, através da decisão do Governador do Estado em cumprimento ao seu programa político.

d) estenderá os seus serviços pelas Comarcas do Estado que tenham menos advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

e) estenderá os seus serviços por todas as Comarcas do Estado, de acordo com as necessidades do serviço e as disponibilidades materiais e orçamentárias.

---

73) *“As pessoas dizem que somos defensores de bandido, que somos apaixonados por eles, mas*

*não. Somos apaixonados pelo ser humano. Pagamos caro pela nossa virtude”*

(Fala do professor Amilton Bueno de Carvalho em curso ofertado pela Defensoria Pública do Amapá com o tema “O papel do Defensor Criminal em tempo de cólera punitivista” extraída de reportagem do site institucional. Disponível em: <https://ap.def.br/noticias/dizem-que-somos-apaixonados-por-bandidos-mas-nao-somos-apaixonados-pelo-ser-humano-diz-amilton-bueno-de-carvalho-no-ultimo-dia-de-curso%20>. Acesso em: 12/10/2022).

A fala acima referenciada dialoga com uma formulação de senso comum que atribui à Defensoria Pública o papel de defender bandidos, de modo a turvar o entendimento sobre o papel da instituição na proteção e defesa dos direitos e garantias fundamentais de todas as pessoas.

Considerando esse contexto, bem como o que dispõe a Lei Complementar Estadual 121/2019, é correto afirmar que são funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Amapá, dentre outras:

a) atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.

b) atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou

violência, exceto quando se tratar de acusado de crime hediondo.

c) atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, sendo defeso o atendimento aos condenados por crimes contra a dignidade sexual.

d) atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, vedado o atendimento à agentes das forças de segurança pública, ainda que se enquadrem nos critérios de hipossuficiência.

e) atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, apenas quando comprovadamente não sejam criminosos condenados, uma vez que, se tratando de presidiários, não merecem gozar de direitos e garantias fundamentais.

---

74) Conforme dispõe a Lei Complementar Estadual 121/2019, são direitos dos assistidos da Defensoria Pública do Estado do Amapá, além daqueles previstos na legislação ou em atos normativos internos:

a) escolher nominalmente o defensor público que irá atender sua demanda.

b) ser atendido em qualquer dia e horário que demande.

c) ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação por Defensor Público.

d) ser atendido independentemente de comprovação de condição socioeconômica em qualquer caso.

e) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor que julgue ter mais afinidade.

---

75) Sabendo-se que os assistidos da Defensoria Pública do Estado do Amapá têm direito à qualidade e eficiência do atendimento e da execução das funções institucionais, são exigidas de membros e servidores da DPE/AP algumas condutas, sendo INCORRETO afirmar que há obrigação de:

a) adoção de medidas de proteção à saúde e à segurança das pessoas que buscam atendimento na Defensoria Pública.

b) igualdade de tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação e assegurada a prioridade a pessoas idosas, grávidas, doentes e com deficiência, dentre outras hipóteses previstas em lei ou em ato normativo próprio.

c) fixação e observância de horário e normas compatíveis com o atendimento eficiente das pessoas que buscam a Defensoria Pública, obrigação que não se estendida aos estagiários de direito.

d) cumprimento de prazos e normas procedimentais.

e) manutenção de instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço ou atendimento.

---

76) Conforme dispõe a Lei Complementar 80/94, São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

a) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor apenas de pessoas naturais, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

b) promover, prioritariamente, a solução judicial dos litígios, uma vez que os processos de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos já se mostraram inefetivos.

c) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, no primeiro grau, sendo a representação do segundo grau de responsabilidade do Ministério Público.

d) exercer, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, apenas em processos judiciais, perante todos os órgãos de primeira instância, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

e) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos

administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

---

77) Segundo expressamente previsto na Lei Complementar 80/94:

a) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Defensor Público-Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

b) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao assistido, para que ele busque atendimento de um advogado particular.

c) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, denegará o atendimento informalmente ao assistido, uma vez que sua decisão é soberana e vincula à instituição.

d) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Corregedor-Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

e) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Ouvidor-Geral, que arquivará o caso para fins de registro interno.

---

78) Nos termos da Lei Complementar 121/2019, são Órgãos da administração superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá:

I – a Corregedoria Superior;

II – o Conselho Geral;

III – os Núcleos Municipais;

IV – a Subdefensoria Pública Geral

a) Somente o item I está correto.

b) Somente os itens II e IV estão corretos.

c) Somente os itens I e IV estão corretos.

d) Somente o item IV está correto.

e) Todos os itens estão corretos.

79) De acordo com a Lei Complementar Estadual 121/2019, são princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado do Amapá:

a) unidade, indivisibilidade e redução das desigualdades sociais.

b) unidade, indivisibilidade e independência funcional.

c) promover a difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

d) unidade, divisibilidade, e independência patrimonial.

e) fragmentariedade, independência funcional e indivisibilidade.

80) A Constituição Federal dispõe que:

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos dos inocentes e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

b) A Defensoria Pública é instituição transitória, essencial à função jurisdicional do Estado enquanto as pessoas não puderem pagar pela advocacia privada, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

c) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, não incumbendo-lhe entretanto se envolver em debates relacionados ao regime democrático, uma vez que tal atividade se caracterizaria como indesejável atuação política da instituição.

d) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a

orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, apenas judicial, dos direitos individuais, de forma parcial e gratuita, a todos que assim queiram, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

---